

HABEAS CORPUS Nº 493.372 - RS (2019/0042413-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
YARA NASARIO - RS014162
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : RODRIGO DA SILVA COELHO (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CONTINUIDADE DELITIVA. QUESTÃO NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RODRIGO DA SILVA COELHO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul proferido no Agravo em Execução Penal n.º 0359519-90.2018.8.21.7000.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Criminais determinou a unificação das penas do Paciente em razão da superveniência de nova condenação no curso da execução penal, nos termos do art. 111 da Lei n.º 7.210/1984 (fls. 49-51).

Irresignado, o Apenado interpôs agravo em execução. O Tribunal de origem negou provimento ao recurso, conforme ementa abaixo transcrita (fl. 80, sem grifos no original.):

"AGRAVO EM EXECUÇÃO. IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA. UNIFICAÇÃO DAS PENAS. CONDENAÇÃO PROVISÓRIA SUPERVENIENTE.

Em caso de nova condenação no curso da execução, a pena deve ser unificada, nos termos do artigo 75. § 2º. do Código Penal. Embora se trate de condenação provisória, a pena deve ser somada àquela remanescente para definição do novo regime carcerário, consoante dispõe o artigo 111. parágrafo único, da Lei de Execuções Penais. Decisão mantida.

AGRAVO DESPROVIDO."

Neste *writ*, a Impetrante faz alegações, em suma, acerca da aplicabilidade, no caso concreto, da continuidade delitiva. Assevera que "[a] adoção pelo nosso legislador da teoria puramente objetiva exige tão-somente a prática de dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes" (fl. 4).

Aduz que, "[p]or tais razões, tem a Defesa Pública ser plenamente cabível a unificação de penas na espécie, eis que se constata, portanto a prima facie, que presentes os requisitos materiais (crimes da mesma natureza e espécie) e temporal" (fl. 6).

Requer, em liminar e no mérito, "sejam unificadas as penas, conforme art 71 do Código Penal" (fl. 7).

É o relatório.

Decido.

Observe, de plano, que as razões expostas na inicial do *habeas corpus* relativas ao instituto da continuidade delitiva, previsto no art. 71 do Código Penal, não foram debatidas pela Corte estadual e, por esse motivo, não podem ser originariamente examinadas por este Tribunal, sob pena de **indevida supressão de instância**.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO TENTADO. NULIDADES. INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS. DILIGÊNCIAS REQUERIDAS PELA DEFESA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO INTERPOSTO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE A SER REPARADA.

1. A concessão da ordem de *habeas corpus* é medida cabível quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, o que não ocorre no presente caso, no qual as teses trazidas na impetração ainda não foram examinadas pelo Tribunal de origem, vedada a pretendida supressão de instância. Matéria impugnada que ainda será objeto de discussão e análise pelo Tribunal de origem por ocasião do julgamento do recurso em sentido estrito já interposto.

2. Inviabilidade, nos autos de *habeas corpus*, de cognição sumária, de ampla incursão em elementos fático-probatórios.

3. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 443.343/BA, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 23/08/2018, sem grifos no original.)

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, e art. 210, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

